Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.16, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

REFLEXÕES BIOÉTICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA *BIOÉTICA PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE*, DE REGO, PALÁCIOS E SIQUEIRA-BATISTA

BIOETHICAL REFLECTIONS: A CRITICAL ANALYSIS OF *BIOETHICAL WORK FOR HEALTH PROFESSIONALS*, DE REGO, PALÁCIOS AND SIQUEIRA-BATISTA

REFLEXIONES BIOÉTICAS: UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL *TRABAJO BIOÉTICO PARA PROFESIONALES DE LA SALUD*, DE REGO, PALÁCIOS Y SIQUEIRA-BATISTA

Victor Martins Fontoura
Mestrando em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP)
E-mail: victorfontoura2000@hotmail.com

Fabrício de Castro Paiva
Mestrando em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP)
E-mail: fdecastropaiva@yahoo.com.br

Aryadnêr Renata do Nascimento Granato Bento
Mestranda em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP)
E-mail: aryadnerespecialista@gmail.com

Cristiana Aparecida Gomides
Mestranda em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP)
E-mail: cristianagomides2@gmail.com

Recebido: 15/08/2025 – Aceito: 22/08/2025

RESUMO
Introdução: A obra Bioética para profissionais da saúde, de Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009), apresenta uma introdução crítica à bioética, com foco na formação ética de profissionais e estudantes da área da saúde. Os autores propõem uma abordagem ampliada e situada da bioética, articulando teoria e prática diante dos dilemas morais que emergem nos contextos clínico e coletivo. **Desenvolvimento:** O livro percorre o surgimento histórico da bioética, destacando marcos como o pensamento de Potter e os códigos pós-Segunda Guerra. Em seguida, apresenta as principais correntes teóricas (principialismo, bioética de proteção, utilitarismo, casuísmo e ética das virtudes) aplicadas a casos concretos. A obra também discute a articulação entre clínica e saúde pública e os dilemas éticos no início e fim da vida, como o aborto e a ortotanásia, sempre defendendo o respeito à autonomia e à dignidade humana. **Conclusão:** A obra configura-se como referência fundamental para docentes e pesquisadores em bioética, ao propor uma ética crítica, dialógica e comprometida com a justiça social. Sua leitura é essencial para aqueles que buscam compreender os fundamentos éticos das práticas em saúde no Brasil.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

Palavras-chave: bioética; princípios éticos; autonomia; justiça; saúde pública.

RESUMEN
Introducción: La obra Bioética para profesionales de la salud, de Rego, Palácios y Siqueira-Batista (2009), presenta una introducción crítica a la bioética, con foco en la formación ética de profesionales y estudiantes del área de la salud. Los autores proponen un enfoque ampliado y situado de la bioética, articulando teoría y práctica frente a los dilemas morales que emergen en contextos clínicos y colectivos. **Desarrollo:** El libro recorre el surgimiento histórico de la bioética, destacando hitos como el pensamiento de Potter y los códigos posteriores a la Segunda Guerra Mundial. A continuación se presentan las principales corrientes teóricas (principialismo, bioética de la protección, utilitarismo, casuística y ética de la virtud) aplicadas a casos específicos. La obra también discute la relación entre la salud clínica y pública y los dilemas éticos al inicio y al final de la vida, como el aborto y la ortotanasia, defendiendo siempre el respeto a la autonomía y la dignidad humana. **Conclusión:** La obra constituye una referencia fundamental para docentes e investigadores en bioética, ya que propone una ética crítica, dialógica y comprometida con la justicia social. Es una lectura esencial para quienes buscan comprender los fundamentos éticos de las prácticas de salud en Brasil.

Palabras clave: bioética; principios éticos; autonomía; justicia; salud pública.

ABSTRACT
Introduction: The book Bioethics for Health Professionals, by Rego, Palácios and Siqueira-Batista (2009), presents a critical introduction to bioethics, focusing on the ethical training of professionals and students in the health field. The authors propose an expanded and situated approach to bioethics, articulating theory and practice in the face of moral dilemmas that emerge in clinical and collective contexts. **Development:** The book covers the historical emergence of bioethics, highlighting milestones such as Potter's thinking and the post-World War II codes. It then presents the main theoretical currents (principlism, protection bioethics, utilitarianism, casuistry and virtue ethics) applied to specific cases. The book also discusses the articulation between clinical and public health and ethical dilemmas at the beginning and end of life, such as abortion and orthotanasia, always defending respect for autonomy and human dignity. **Conclusion:** The work is a fundamental reference for teachers and researchers in bioethics, as it proposes a critical, dialogical ethics committed to social justice. It is essential reading for those seeking to understand the ethical foundations of health practices in Brazil.

Keywords: bioethics; ethical principles; autonomy; justice; public health.

1 INTRODUÇÃO

A bioética, como campo interdisciplinar, surge a partir da necessidade de reflexão ética nas práticas de saúde, diante do crescente avanço das ciências da vida e das tecnologias médicas. Esse campo é marcado pela complexidade das questões que envolve a dignidade humana, os direitos dos pacientes e as implicações das decisões médicas no contexto social e político. Segundo Beauchamp e Childress (2002), a bioética é essencial para a tomada de decisões morais na prática clínica e em políticas de saúde, oferecendo um conjunto de princípios éticos para enfrentar dilemas contemporâneos. Assim, é um campo que não apenas busca compreender os aspectos normativos da ética, mas também sua

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

aplicação prática, refletindo sobre o impacto das decisões médicas sobre a vida e os direitos dos indivíduos.

O manuscrito Bioética para profissionais da saúde (2009), de Sérgio Rego, Marisa Palácios e Rodrigo Siqueira-Batista, oferece uma abordagem acessível, porém rigorosa, sobre os principais conceitos da bioética e suas implicações na prática profissional. O livro é um marco na formação ética dos profissionais da saúde, pois articula teorias bioéticas fundamentais, como o principialismo, o utilitarismo, as éticas da virtude e a ética de proteção, com as questões cotidianas vivenciadas pelos profissionais no exercício de suas funções. De acordo com os autores, a bioética deve ser entendida como uma prática situada, onde as decisões são tomadas com base nas condições concretas e nas realidades dos contextos clínicos e sociais (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009).

A obra não se limita a teorias abstratas, mas busca aproximar a ética de situações reais, discutindo como as práticas de saúde devem levar em consideração as desigualdades sociais e os diferentes contextos culturais e políticos, especialmente no Brasil. Esse ponto é essencial, pois como ressaltado por Santos (2008), as questões bioéticas devem ser vistas sob uma ótica crítica e contextualizada, pois a ética em saúde não pode ser dissociada das questões sociais e das desigualdades históricas.

Neste contexto, a resenha a seguir tem como objetivo analisar criticamente a obra, destacando os conceitos centrais discutidos pelos autores.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CAPÍTULO I – O QUE É BIOÉTICA

O primeiro capítulo da obra de Rego, Palácios e Siqueira-Batista apresenta a bioética como um campo interdisciplinar e multifacetado, que surge da necessidade de refletir sobre as questões éticas emergentes com os avanços da ciência, da tecnologia e da medicina. Os autores não apenas fornecem uma definição precisa de bioética, mas também buscam contextualizá-la dentro das crises morais e epistemológicas que marcam o século XX, quando as fronteiras do conhecimento

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

científico e suas implicações éticas se expandem exponencialmente. A discussão gira em torno da ideia de que a bioética não surge de forma autônoma ou isolada, mas sim como uma resposta às questões geradas pela prática clínica, pela medicina experimental e pela emergência de novas tecnologias de saúde (Beauchamp; Childress, 2002).

Os autores destacam a importância de marcos históricos cruciais para o surgimento da bioética, como o Código de Nuremberg e a Declaração de Helsinque, que, além de estabelecerem diretrizes éticas para a pesquisa médica, visam preservar a dignidade humana frente aos avanços científicos. No entanto, Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009) também ressaltam que a bioética é um campo em constante evolução, com discussões que envolvem questões morais complexas, como a definição do início e fim da vida, o respeito à autonomia do paciente e as tensões entre os direitos individuais e o bem coletivo. O capítulo aponta que, para uma aplicação efetiva da bioética, é necessário que ela seja contextualizada em diferentes realidades sociais e culturais, o que envolve um debate contínuo sobre os princípios universais e as normas locais.

2.2 CAPÍTULO II – AS CORRENTES BIOÉTICAS

No campo da bioética, diversas correntes filosóficas e teorias éticas emergem como ferramentas indispensáveis para a reflexão e a resolução dos dilemas morais enfrentados pelos profissionais de saúde. A compreensão das correntes bioéticas é essencial para os médicos, enfermeiros, psicólogos, entre outros, uma vez que suas decisões podem afetar diretamente a vida e o bem-estar dos pacientes. Cada corrente, com suas particularidades, traz diferentes formas de abordar a moralidade das ações e das escolhas no contexto da saúde, oferecendo um leque de perspectivas e princípios que guiam a conduta ética.

O segundo capítulo do livro de Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009) analisa as principais correntes bioéticas, ressaltando suas origens filosóficas, suas contribuições para a prática da saúde e as críticas que podem ser direcionadas a cada uma delas. As correntes apresentadas não devem ser vistas como mutuamente exclusivas, mas sim como complementares, cada uma oferecendo um

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

olhar distinto sobre os mesmos problemas éticos. A seguir, são discutidas as principais abordagens que norteiam o pensamento bioético: o principialismo, o utilitarismo, a ética deontológica, a ética da virtude e a bioética de proteção.

2.2.1 O Principialismo

O principialismo é uma das correntes mais influentes no campo da bioética contemporânea. De acordo com Beauchamp e Childress (2002), os quatro princípios fundamentais que orientam a ética na prática médica são: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A autonomia refere-se ao direito do paciente de tomar decisões informadas sobre seu próprio tratamento, com base em seu entendimento e valores pessoais. A beneficência exige que os profissionais de saúde busquem o bem-estar de seus pacientes, promovendo a saúde e prevenindo danos. A não maleficência, por sua vez, é a obrigação de não causar danos, enquanto a justiça busca garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

O capítulo explora como esses princípios não são absolutistas, mas devem ser ponderados e aplicados de maneira equilibrada, considerando o contexto e as circunstâncias de cada caso clínico. Essa abordagem permite que os profissionais da saúde possam tomar decisões complexas, respeitando os direitos e a dignidade do paciente, ao mesmo tempo em que buscam o maior benefício possível dentro das limitações da prática médica.

2.2.2 O Utilitarismo

O utilitarismo, derivado das ideias de Richard Mervyn Hare (1998), é uma corrente bioética que enfatiza a maximização do bem-estar coletivo. Segundo o utilitarismo, as decisões morais devem ser tomadas com base na análise das consequências de cada ação, com o objetivo de produzir o maior bem para o maior número de pessoas. Essa abordagem se torna particularmente relevante em contextos de saúde pública, onde os recursos são limitados e as decisões precisam equilibrar os benefícios para a sociedade como um todo.

No entanto, o utilitarismo é frequentemente criticado pelos autores por suas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

possíveis implicações para os direitos individuais. A busca pelo bem-estar coletivo pode, em alguns casos, levar à justificação de práticas que sacrificam os interesses de grupos minoritários ou vulneráveis. No campo da bioética, o utilitarismo se depara com o dilema de equilibrar os benefícios para a sociedade e os direitos das pessoas individuais, um ponto amplamente discutido pelos autores no capítulo.

2.2.3 A Ética Deontológica

A ética deontológica, fortemente influenciada pelo filósofo Immanuel Kant (1988), centra-se na ideia de que a moralidade das ações deve ser julgada pela sua conformidade com princípios universais e não pelos resultados da ação. Kant (1988) argumenta que a moralidade é uma questão de dever e que as ações devem ser realizadas por respeito a uma norma moral objetiva, sem considerar as consequências. Nesse sentido, a ética deontológica é rígida e impessoal, focando na realização do dever ético, independentemente da situação ou contexto.

No entanto, Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009) discutem as limitações da ética deontológica, especialmente em situações de complexidade moral, como as que surgem na prática clínica. O foco estrito na aplicação de regras pode, em alguns casos, não ser suficiente para resolver os dilemas éticos que envolvem pacientes com necessidades e circunstâncias muito específicas. Assim, a ética deontológica, embora importante para estabelecer uma base sólida de princípios, pode carecer de flexibilidade em certos contextos da bioética.

2.2.4 A Ética da Virtude

A ética da virtude, que tem suas raízes na filosofia de Aristóteles, propõe que as ações morais devem ser guiadas pelas virtudes e qualidades do agente moral, como coragem, sabedoria e justiça. Diferente das abordagens normativas, como o principialismo e a deontologia, a ética da virtude foca no caráter do profissional de saúde e nas disposições que ele deve cultivar para agir moralmente.

Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009) enfatizam que essa abordagem é particularmente útil em contextos médicos complexos, onde as regras rígidas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

podem não se aplicar de forma eficaz. A ética da virtude sugere que, ao desenvolver características morais adequadas, os profissionais da saúde são capazes de tomar decisões éticas que consideram tanto o paciente quanto o contexto mais amplo em que estão inseridos. Essa abordagem enfatiza a importância do julgamento ético baseado na experiência e na sensibilidade moral do agente.

2.2.5 A Bioética da Proteção

A bioética de proteção se destaca no estudo de populações vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com doenças graves e outras que podem não ter capacidade plena de decisão sobre seu cuidado. Essa corrente ética propõe que os profissionais de saúde, assim como a sociedade, têm a responsabilidade de proteger esses indivíduos de riscos e de explorações. Os autores discutem como, em algumas situações, os direitos e a autonomia de indivíduos vulneráveis podem ser limitados em nome da proteção e do cuidado.

Essa abordagem surge como uma resposta às desigualdades que persistem na sociedade, onde grupos marginalizados e vulneráveis frequentemente enfrentam obstáculos significativos no acesso aos cuidados de saúde adequados. A bioética de proteção, portanto, busca garantir que as políticas de saúde e as práticas clínicas priorizem a proteção e o bem-estar desses indivíduos, minimizando a exploração e os danos que possam surgir da desigualdade no atendimento médico.

2.2.6 A Bioética do Cuidado

A Bioética do Cuidado, como apresentada por Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009), é fortemente influenciada por teóricos e pensadores que abordam o cuidado como uma prática ética essencial no contexto da saúde, com ênfase na relação interpessoal entre o profissional de saúde e o paciente. O conceito de Bioética do Cuidado está profundamente relacionado à figura de Carol Gilligan, uma psicóloga e filósofa americana que, embora não seja exclusivamente uma

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

teórica da bioética, contribuiu significativamente para a ética do cuidado com sua obra *In a Different Voice* (1982). Gilligan defende a importância das relações interdependentes e a ênfase no cuidado, ao invés de uma ética que prioriza o princípio da justiça e dos direitos individuais de maneira abstrata.

Ademais, na bioética do cuidado, também se destaca o trabalho de Helga Kuhs, uma enfermeira australiana, que contribui para a fundação da Bioética do Cuidado. Ela questiona fortemente as publicações que tratam da ética do cuidar, alertando para o risco de naturalizar as distinções de gênero, particularmente em relação às mulheres, para justificar desigualdades de poder, especialmente no campo da saúde. Kuhse destaca que as divisões observadas, como as que Gilligan descreve, são engendradas socialmente, e que o papel da enfermeira, tradicionalmente associado à figura de "mãe substituta" ou "soldado obediente", ainda é utilizado para justificar a subordinação das enfermeiras no setor de saúde.

Esses autores, juntamente com outros pensadores que contribuíram para a ética do cuidado, como Noddings (1984), enfatizam a importância de uma abordagem que leva em consideração a vulnerabilidade humana, o contexto social e cultural e a dimensão relacional do cuidado. Essas perspectivas são fundamentais para a Bioética do Cuidado, pois ajudam a construir uma base ética sólida para os profissionais da saúde, guiando-os a uma prática que respeita a dignidade, a autonomia e a integralidade do paciente.

2.3 CAPÍTULO III – TOMADA DE DECISÕES ENTRE CLÍNICA E SAÚDE PÚBLICA

O capítulo 3 do livro Bioética para Profissionais da Saúde (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009) oferece uma reflexão aprofundada sobre a tomada de decisões no campo da saúde, ao deslocar o foco do julgamento individual para os complexos conflitos que surgem entre os interesses individuais e coletivos. Em sua análise, a obra destaca as tensões que permeiam a bioética clínica e a bioética da saúde pública, colocando em evidência a dificuldade de equilibrar as necessidades do paciente com as exigências sociais mais amplas. Os autores exploram situações concretas, como a alocação de recursos escassos, o uso de protocolos em

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

unidades de terapia intensiva (UTIs) e os critérios de justiça distributiva. Essas situações exemplificam de maneira clara os dilemas enfrentados pelos profissionais da saúde quando precisam tomar decisões que envolvem a distribuição de recursos limitados, o que muitas vezes exige um equilíbrio entre o cuidado individual e a responsabilidade social.

O capítulo também vai além da simples apresentação desses conflitos ao criticar o excesso de normatização nas práticas clínicas, bem como a tendência tecnocrática de tomar decisões desumanizadas que priorizam a eficiência em detrimento da individualização do cuidado. A crítica ao principialismo é retomada, e os autores enfatizam a necessidade de uma abordagem ética mais flexível e adaptada ao contexto. Eles sugerem que as decisões éticas não devem ser guiadas apenas pela aplicação rígida de princípios universais, mas também pela consideração das particularidades de cada situação, levando em conta fatores sociais, culturais e individuais. Essa abordagem, segundo os autores, deve ser enriquecida por um diálogo interdisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento e oferecendo uma visão mais holística e completa do dilema ético.

Neste contexto, o capítulo se torna um valioso recurso para os educadores, pois propõe uma reflexão crítica que ultrapassa a simples aplicação de normas e princípios. Ele apresenta a formação ética como um processo dinâmico, no qual os profissionais de saúde devem ser estimulados a desenvolver a capacidade de refletir criticamente sobre as implicações de suas decisões, levando em consideração o contexto social e as condições locais em que atuam. A proposta é que o ensino de bioética promova uma formação que seja sensível às complexidades das situações da vida real, em vez de incentivar uma abordagem automatizada e descontextualizada.

2.4 CAPÍTULO IV – A BIOÉTICA, O INÍCIO E O FIM DA VIDA: O ABORTO E A EUTANÁSIA

O capítulo 4 do livro aborda dois dos temas mais controversos e moralmente sensíveis no campo da bioética: o aborto e a eutanásia. Os autores exploram esses

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

temas de maneira cuidadosa, respeitando a pluralidade de perspectivas envolvidas e evitando posturas dogmáticas. A análise inclui discussões sobre as diversas dimensões desses temas, englobando aspectos clínicos, jurídicos, religiosos e políticos, o que reflete a complexidade das decisões envolvidas nessas questões. Ao tratar da ortotanásia e das diretivas antecipadas, os autores discutem o direito dos pacientes de expressar sua vontade sobre o final de sua vida, refletindo sobre a importância da autonomia e do respeito à dignidade humana.

Além disso, o capítulo aborda a questão do aborto, especialmente em casos específicos, como nas situações de risco à saúde da mulher ou de anomalias fetais graves. A ênfase na autonomia da mulher, no direito à escolha e na dignidade de ambos os envolvidos é tratada com sensibilidade, destacando o papel fundamental do profissional da saúde em respeitar essas decisões, sem impor julgamentos morais. A reflexão dos autores sobre a legislação e o papel do Conselho Federal de Medicina contribui para uma compreensão mais profunda dos aspectos éticos e legais que envolvem essas questões, colocando em evidência as tensões entre as diferentes visões religiosas, políticas e culturais que influenciam o debate público.

Este capítulo oferece uma importante contribuição para o campo da educação em bioética, proporcionando aos docentes um material rico para o desenvolvimento de debates críticos com seus discentes. Ele incentiva a reflexão sobre a pluralidade de valores que permeiam as decisões bioéticas, especialmente no contexto brasileiro, onde as questões de aborto e eutanásia são frequentemente envoltas em controvérsias sociais e políticas. A obra de Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009) apresenta esses temas de forma reflexiva e argumentativa, sem desconsiderar as implicações práticas e éticas envolvidas. Dessa maneira, o capítulo se torna uma leitura essencial para educadores e profissionais da saúde que buscam compreender a complexidade dessas questões e discutir as melhores práticas em um ambiente plural e diversificado.

2.5 CAPÍTULO V – COMITÊS E COMISSÕES HOSPITALARES: DE ÉTICA E DE BIOÉTICA

O capítulo 5 do livro trata das várias formas institucionais em que se

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

manifesta a reflexão ética no ambiente hospitalar, nomeadamente as comissões de ética profissional (médica e de enfermagem), os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e as Comissões (ou Comitês) de Bioética Hospitalar. Os autores iniciam observando a sobreposição estrutural aparente entre comissões e comitês, esclarecendo que sua relevância reside justamente na institucionalização da ética em saúde, permitindo diálogo prospectivo e não apenas análise retrospectiva de fatos clínicos.

As comissões de ética médica (CEM) e enfermagem são descritas como extensões do respectivo Conselho Federal, atuando como órgãos corporativos com funções sindicais, educativas e fiscalizadoras, conforme previsto na Resolução CFM n. 1.657/2002 e na Resolução COFEN n. 172/1994 (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009). Já os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) têm origem na Resolução CNS n. 196/1996, incorporando princípios derivados da Declaração de Helsinque, e visam à proteção dos sujeitos de pesquisa, atuando desde a avaliação prévia dos protocolos até o acompanhamento pós-estudo, respeitando os princípios do consentimento livre e esclarecido, beneficência, não maleficência, autonomia e justiça (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009).

Por sua vez, as Comissões (ou Comitês) de Bioética Hospitalar destacam-se por sua composição multiprofissional e multidisciplinar, diferenciando-se das comissões profissionais. São responsáveis por funções educativas, formuladoras de políticas institucionais e consultivas, como nos “rounds éticos” e pareceres em dilemas clínicos complexos — e encontram respaldo na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (Unesco, 2005), que recomenda comitês independentes, pluralistas e multidisciplinares (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009).

No plano histórico, os autores evocam exemplos paradigmas, como o caso de Karen Anne Quinlan e o “Baby Doe” nos EUA, para ilustrar o uso emergente desses comitês na avaliação de questões éticas clínicas e judiciais. No Brasil, mencionam o Programa de Bioética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (1993) e o comitê do Hospital São Lucas (1995) como experiências pioneiras bem documentadas; bem como o Hospital das Clínicas da USP, o INCA e a UFRJ como instituições com atuação bioética consolidada (Rego; Palácios; Siqueira-Batista,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

2009).

O texto enfatiza ainda os desafios específicos ao contexto brasileiro: histórico cultural de paternalismo médico, fragilidade do reconhecimento dos direitos do paciente e uma institucionalidade ainda em formação (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009). A proposta dos autores é clara: os comitês de bioética não devem importar modelos acríticos, mas sim desenvolver práticas contextualizadas à realidade nacional, qualificando o cuidado e promovendo a autonomia do paciente, conforme preconizado por autores como Aulisio, Arnold e Youngner (2003) em casos ilustrativos de dilemas clínicos.

Ao final, o capítulo se firma como um convite à reflexão crítica sobre a ética institucionalizada na saúde, reforçando que a presença de comitês e comissões ativas pode transformar profundamente os processos decisórios e pedagógicos nos ambientes hospitalares brasileiros (Rego; Palácios; Siqueira-Batista, 2009).

3 CONCLUSÃO

A obra Bioética para Profissionais da Saúde, de Rego, Palácios e Siqueira-Batista (2009), proporciona uma abordagem enriquecedora e profundamente reflexiva sobre os principais dilemas éticos enfrentados pelos profissionais da saúde. Através de uma análise cuidadosa de tópicos como a tensão entre a bioética clínica e a saúde pública, a alocação de recursos escassos, e questões polêmicas como aborto e eutanásia, o livro oferece um olhar crítico sobre os desafios que surgem nas intersecções entre a prática clínica, a legislação e os valores culturais e religiosos.

O conteúdo da obra se destaca pela ênfase na necessidade de uma bioética que vá além da aplicação rígida de princípios, propondo uma reflexão que leve em consideração o contexto e o diálogo interdisciplinar. Ao criticar a normatização excessiva e a tecnocracia nas decisões, os autores desafiam o leitor a uma prática ética mais humana e centrada na dignidade e nos direitos dos pacientes.

Para o campo educacional, o livro se configura como um instrumento indispensável para a formação de docentes e futuros profissionais de saúde, promovendo debates enriquecedores sobre a pluralidade de valores e a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/n8jmg544

complexidade dos problemas éticos contemporâneos. Em suma, a obra contribui para a construção de uma bioética crítica, contextualizada e comprometida com a justiça social, o respeito aos direitos humanos e a promoção de um cuidado ético e humanizado na saúde.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULISIO, M. P.; ARNOLD, R. M.; YOUNGNER, S. J. **Ethics consultation: from theory to practice.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Principles of biomedical ethics.** New York: Oxford University Press, 2002.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

HARE, R. M. A utilitarian approach. In: KUHSE, H. & SINGER, P. (Orgs.). **A Companion to Bioethics.** Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Trad. Marcos Sabino. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

NODDINGS, Nel. Caring: **A Feminine Approach to Ethics and Moral Education.** Berkeley: University of California Press, 1984.

REGO, S.; PALÁCIOS, M.; SIQUEIRA-BATISTA, R. **Bioética para profissionais da saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SANTOS, B. S. **A difícil democracia.** São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. **Declaração universal sobre bioética e direitos humanos.** Paris: UNESCO, 2005.